

Ciências Sociais: Vocação e Profissão

Homenagem a Manuel Villaverde Cabral

Pedro Alcântara da Silva
Filipe Carreira da Silva
(organizadores)

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
Ciências sociais : vocação e profissão : homenagem a Manuel Villaverde Cabral.
Pedro Alcântara da Silva, Filipe Carreira da Silva (organizadores). -
Lisboa : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2013. - 23 cm
ISBN 978-972-671-317-3
Cabral, Manuel Villaverde, 1940- / Ciências sociais
CDU 316



Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.
Depósito legal: ??????
1.ª edição: Julho de 2013

Índice

Os autores	17
Introdução	29
<i>Pedro Alcântara da Silva e Filipe Carreira da Silva</i>	
Parte I	
Percurso e apontamentos pessoais	
Capítulo 1	
Da militância política à investigação científica: história de uma vocação	39
<i>Guya Accornero</i>	
Capítulo 2	
Manuel Villaverde Cabral: entre o saber e a acção	69
<i>João Freire</i>	
Capítulo 3	
Le passeur intranquille	75
<i>Yann Moulier Boutang</i>	
Capítulo 4	
Manuel Villaverde Cabral: o livro e a leitura em Portugal	85
<i>Teresa Patrício Gouveia</i>	
Capítulo 5	
Homenagem a Manuel Villaverde Cabral	89
<i>Richard A. H. Robinson</i>	

Parte II História e humanidades

- Capítulo 6
**A multidão medieval e moderna: representações políticas
em Fernão Lopes e D. Francisco Manuel de Melo** 95
Eduardo Cintra Torres
- Capítulo 7
**Vocabulário heráldico e gramática social: as cartas de brasão
modernas como retrato das elites portuguesas de finais
da monarquia constitucional** 117
Rui Graça Feijó
- Capítulo 8
**Jeunesses syndicalistes: violence et action directe
dans les années 20** 145
Filipa Freitas
- Capítulo 9
**Um sociólogo oblíquo: a função social da religião e da arte
e as reflexões políticas em Fernando Pessoa** 181
Steffen Dix e José Barreto
- Capítulo 10
Genèse et projet des *Cadernos de Circunstância* 207
Fernando Medeiros
- Capítulo 11
Una rottura italiana: produzione *versus* sviluppo 231
Antonio Negri

Capítulo 12
A Universidade e a crise do pensamento crítico 241
José Medeiros Ferreira

Capítulo 13
O *homo mercator* e o princípio de electividade: limites do mercado, limites do liberalismo económico 251
Hermínio Martins

Capítulo 14
La modernización de la Europa Meridional – una interpretación sociológica 283
Salvador Giner

Capítulo 15
Das casas de família às casas de alterne: em Trás-os-Montes com Manuel Villaverde Cabral 331
José Machado Pais

Capítulo 16
O corpo-espelho-de-forças e o acaso 357
José Gil

Parte III Política

Capítulo 17
Manuel Villaverde Cabral e os casulos do conhecimento político 379
Renato Lessa

Capítulo 18	
The impact of ‘real-existing’ democracy – on the European Union and Central & South Eastern Europe	401
<i>Philippe C. Schmitter</i>	
Capítulo 19	
Do authoritarian legacies account for quality of democracy? Additional remarks on Southern Europe	413
<i>Leonardo Morlino</i>	
Capítulo 20	
The Iberian divergence in political inclusion	433
<i>Robert M. Fishman</i>	
Capítulo 21	
British young people and politics: a disengaged generation?	451
<i>Roger Jowell & Alison Park</i>	
Capítulo 22	
Legitimacy, disaffection, and dissatisfaction: trends and structure in attitudes towards portuguese democratic politics	469
<i>Pedro C. Magalhães</i>	
Capítulo 23	
¿Despotismo administrativo o Estado débil? Policía, fiscalidad y sus efectos en la cultura cívica portuguesa	497
<i>Diego Palacios Cerezales</i>	
Capítulo 24	
Cidadania trans-escalar: o Estado, a cidade global e o cidadão ...	515
<i>Mónica Brito Vieira & Filipe Carreira da Silva</i>	

Capítulo 25	
Cultura política, cidadania e representação na <i>urbs</i> sem <i>civitas</i>: a metrópole do Rio de Janeiro	545
<i>Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro & Filipe Souza Corrêa</i>	

Capítulo 26	
Arquitectura, massificação e democracia: notas sobre um estádio de futebol	559
<i>José Neves</i>	

Parte IV Saúde e envelhecimento

Capítulo 27	
O consolo das humanidades	575
<i>João Lobo Antunes</i>	

Capítulo 28	
<i>Consilience</i>	583
<i>Leonor Parreira</i>	

Capítulo 29	
Ser velho: percepções e dimensões do envelhecimento	589
<i>Sofia Aboim</i>	

Capítulo 30	
Sociedade e envelhecimento: algumas questões em torno do envelhecimento activo	615
<i>Pedro Moura Ferreira</i>	

Rui Graça Feijó

Capítulo 7

Vocabulário heráldico e gramática social: as cartas de brasão modernas como retrato das elites portuguesas de finais da Monarquia Constitucional

Para além do espelho...

Aristocracia, burguesia e elites

O mais conhecido *topos* da historiografia social portuguesa relativa ao tempo da Monarquia Constitucional, com origem nos já longínquos anos 60, fala-nos de uma «impossível sociedade burguesa» (Godinho 1977, 153). Deve-se a um anterior artigo de Joel Serrão no *Dicionário de História de Portugal*¹ – em que defendia que «os burgueses portugueses nunca evidenciaram uma boa preparação cultural que, aliás, se tivesse existido, seria destoante da atmosfera mental que a grande maioria do País respirava» e que seria indispensável a tal propósito – a sua introdução e popularização no meio académico.² Na senda de boa parte da literatura oitocentista, aponta-se o dedo ao barão e ao visconde e também ao bacharel como os «orientadores da nova ordem social» que frustravam a modernização burguesa e industrial. Com estes novos estratos sociais «não se chegou a realizar, no século XIX português, a sociedade burguesa, não foi possível, entre nós, a burguesia instalar a sua civilização» (Godinho 1977, 155).

¹ Trata-se do artigo «Burguesia – na época contemporânea», in DHP, vol. I, 403-406. O mesmo texto foi publicado in Serrão (1962, 247-259) com o título «Para um inquérito à burguesia portuguesa oitocentista».

² Veja-se Reis (1993, 181-186) para uma apresentação e discussão da bibliografia relevante.

Rui Graça Feijó

O nosso homenageado não ficou fora do consenso então gerado, e traduziu a seu modo esta ideia ao afirmar, a propósito da última secada de Oitocentos, que «Portugal participa, de forma subordinada, no mesmo reajustamento conjuntural por que então passava o sistema imperialista mundial, dá o mesmo ‘salto em frente’, qualitativamente falando; mas por outro lado, dado o atraso acumulado em termos de desenvolvimento das forças produtivas, cada novo reajustamento, cada novo salto do sistema, alarga o fosso que já separava Portugal do países dianteiros» (Cabral 1976).³

Esta tese da incapacidade portuguesa de gerar uma cultura social burguesa modelada no exemplo internacional poderia ser discutida a partir de um inquérito aos seus pressupostos. Nomeadamente poderia estar em causa a linguagem de «classe» de inspiração marxiana, presente como cenário onde se desenvolve uma argumentação tendente a identificar um modelo (europeu? francês? inglês?) designado como «burguês», que a elite portuguesa não teria podido ou sabido seguir, apesar da famosa *boutade* de Eça dizendo que Portugal vivia suspenso da chegada regular do Sud-Express... Essa linguagem está presente, entre outros, num livro de Charles Morazé com divulgação entre os académicos portugueses dos anos 60 e posteriores, numa tradução de Maria Antonieta Magalhães Godinho, e que terá certamente contribuído para a popularidade, para a sustentação, e para o enquadramento dessa tese (Morazé 1966).

Uma recente revisão das interpretações clássicas sobre a ideia de «burguesia» levou Sarah Maza a proclamar provocatoriamente que «a burguesia francesa nunca existiu». E logo acrescenta: «os contornos sociais da burguesia são tão elásticos, e o termo em si tão pregnante de sentidos distintos e contraditórios que a maior parte das tentativas para propor generalizações a partir dele tende para um estado de caos» (Maza 2003, 5-6).

Numa perspectiva substancialmente distinta, e evocando a pobreza de estudos empíricos que ancorassem as generalizações que abundavam, já em 1961⁴ Henri Lefebvre sustentava que a categoria social «burguesia»

³ Pode o nosso homenageado estar convencido de que esse seu livro se encontra enterrado no passado, e só a ele pertence, soterrado pela vaga de investigações e publicações que se lhe seguiram e que fizeram da história do século XIX português um capítulo «normal» da nossa historiografia. Pela parte que me toca, entendo que, se utilizarmos técnicas oriundas da arqueologia e o desenterrarmos carinhosamente, tomando devida nota das coordenadas de referência, ele manterá aquela que terá sido, quiçá, a sua virtude maior: ser um texto *bon à penser*.

⁴ O item citado na bibliografia como Lefebvre (1971) é, na realidade, um segunda publicação, em livro, de um artigo de 1961, originariamente vindo a lume nos *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XXXI. Agradeço a João de Pina-Cabral o ter-me chamado a atenção para este importante texto.

apresentava um conjunto vasto de problemas à corrente marxista em que ele próprio se inseria. Entre outras razões, a extrema versatilidade que o conceito deveria demonstrar para abarcar as realidades empíricas leva-o a admitir, implicitamente, que a «sociedade burguesa» poderia ser algo mais complexa e heterogénea, mais sulcada por diferenças sensíveis acobertadas sob o mesmo nome, do que era costume ser aceite pela corrente marxista que, nas suas expressivas palavras, «trop souvent remplace l'analyse par les épithètes péjoratifs» (1971, 165).

Esta não será, porém, a via escolhida, apesar de se reconhecer que há um aliciante trabalho a realizar neste domínio.

Poder-se-ia também objectar que a tese de Serrão, Godinho *et alii* sucintamente exposta é dificilmente operacionalizável em termos de uma pesquisa empírica, condição indispensável para a sua validação ou refutação. Falta-lhe um *quantum* de especificação do argumento sem o qual todos os gatos são pardos.

Mas seguramente não será impossível inventar, com base em fontes históricas e numa imaginação investigativa empiricamente ancorada, formas de testar a sua pertinência. Jaime Reis, por exemplo, procurou em biografias de «burgueses» oitocentistas, como José Maria Eugénio de Almeida – ele que foi conde de Vilalva –, elementos que superficialmente concorrem para a sua confirmação – como a propensão para investimentos fundiários supostamente reveladores de uma atitude aristocrática e contrária à preocupação da sua rentabilização financeira –, mas que acabaram por revelar um sentido bem diferente daquele que lhes era anteriormente, e apressadamente, atribuído (Reis 1993, 208). E assim, na senda desta abordagem, acabamos por nos confrontar com o conhecido aforismo «aparências iludem», no qual bebe inspiração o presente exercício.

O que se tenta nas páginas que se seguem é um confronto entre a ideia de que a nova elite portuguesa adoptou uma estratégia de imitação da velha aristocracia, prescindindo da afirmação de elementos estruturalmente novos, com uma leitura das cartas de brasão de armas que deveriam servir de suporte à revelação dessa estratégia.

As bases do presente exercício

O exercício que nestas páginas se apresenta tem duas condicionantes. Foi concebido – por circunstâncias da vida profissional do autor⁵ – para

⁵ O presente capítulo e a investigação que o sustenta não foram objecto de nenhum financiamento por parte de entidades públicas ou privadas, sendo resultado do investi-

Rui Graça Feijó

poder ser realizado fora de um contacto próximo com os arquivos, facto que permite antever posteriores desenvolvimentos caso as ideias aqui expressas mereçam acolhimento suficiente para justificar tal esforço; e, por outro lado, partiu da existência (e acessibilidade) de um livro – publicado em 1935 e reeditado em 1992 – contendo a descrição das cartas de brasão «modernas» – neste caso as que vão de 1871 a 1910 (Valdez 1992). Esse volume contém toda a informação primária aqui tratada. Eis o que se oferece dizer sobre as fontes.

Quanto à problemática, necessariamente articulada com o tema geral do colóquio para onde foi inicialmente preparado – a história das elites em Portugal⁶ –, o ponto de partida e de referência deste trabalho é um axioma que reza assim: as cartas de brasão de armas, e os brasões propriamente ditos podem ser lidos como um auto-retrato daqueles a quem são concedidos. Detenhamo-nos numa breve explanação deste ponto.

A heráldica deriva o seu nome do vocábulo medieval germânico *herald*, que etimologicamente significa *anunciar*. Trata-se de um étimo ainda hoje presente com grande vigor na imprensa anglo-saxónica (e. g., *International Herald Tribune*). Em língua portuguesa, cabe referir a sua evolução para *arauto*, que mantém o significado implícito de *anunciar*, *divulgar*. A heráldica constitui-se, assim, como um código de apresentação (plástica, simbólica e social) de indivíduos e grupos de indivíduos.

Em grande medida, trata-se mesmo de um processo de auto-apresentação, na medida em que o indivíduo que ostenta um brasão nele se revê, assumindo o código implícito e as manifestações concretas que ele enquadra, podendo, nos casos de brasões novos, ser mesmo parte activa no seu próprio desenho. A heráldica vive da necessidade de evidenciar socialmente características próprias de indivíduos e de grupos de indivíduos. É assim que ela se articula com a cantaria, nas pedras de armas que encimam frontões de casas e capelas ou decoram um muro ou um lago; que constitui motivo relevante da decoração interior, através da louça de porcelana, primeiro chinesa e depois europeia; que está presente em grande número de peças de prataria; e que se grava em «cadeiras de sola» – tudo no âmbito de estratégias familiares de ostentação (Norton 2004, 19).

mento privado do autor numa época da sua vida profissional em que não se encontrava associado a nenhuma instituição de ciência ou de ensino – e dessa forma, com um paralelismo óbvio com parte da trajectória do nosso homenageado.

⁶ Trata-se do II Colóquio sobre História das Elites, ICS, Lisboa, Novembro de 2003. Agradeço a Teresa Sousa de Almeida e a Nuno Gonçalo Monteiro o incentivo para participar neste colóquio; e aos assistentes da sessão onde foi apresentado, nomeadamente a José Manuel Sobral e Rodrigo Ortigão, os comentários então proferidos.

Recordemos o aforismo que diz: uma imagem vale mais que mil palavras – ainda hoje tão presente no mundo contemporâneo, sobretudo no domínio das «imagens de marca», logótipos e reivindicação de direitos de propriedade intelectual sobre símbolos tão simples como «três riscas».⁷ Pastoureau mostrou como, em época próxima do dealbar da heráldica europeia, os padrões e as formas gráficas do vestuário eram investidos de sentido profundo (Pastoureau 1997). E recordemos que na Idade Média que viu nascer esta forma de identificação o estatuto da palavra escrita – base da civilização «alfabetizada» dos nossos dias na Galáxia de Gutenberg – era condizente com a extrema raridade de quem a conhecesse e a soubesse utilizar como forma de registo.

Podemos assim aproximar-nos um pouco mais do sentido original – que não oitocentista – da heráldica europeia. Tendo começado, em épocas remotas, por ser uma forma de identificação simbólica cuja iniciativa de adopção e divulgação pertencia livremente aos próprios,⁸ a heráldica veio a ser formalizada e o uso dos seus símbolos sofreu significativas alterações.

Tem-se considerado como primeiro tratado de heráldica o texto de Bartolomeo de Sassoferrato (1313-1357), que contém um capítulo integralmente dedicado ao escudo de armas. Mas parece possível afirmar que «no final do século XIII havia regras e uma linguagem técnica igual em toda a Europa heráldica» (Norton 2004, 152).

Tão importante como esta codificação é a evolução que vem fixar a heráldica como símbolo de ostentação e identificação pública de uma família, articulado de forma estreita com as regras da hereditariedade (e em especial da hereditariedade por via masculina), sobrepondo-se à representação de um feudo ou domínio territorial com que inicialmente coexistira. A designada «heráldica de família» (de que aqui tratamos) é ainda hoje um ramo fundamental desta disciplina.

Paralelamente, o direito ao uso de brasão de armas é restringido. Em Portugal, foram os reis da Dinastia de Aviz quem chamou a si o privilégio do exclusivo da outorga das mercês heráldicas, sendo a mais antiga carta conhecida passada por D. Afonso V em 21 de Maio de 1476. O uso de

⁷ A marca de material desportivo *Adidas* desencadeou, em vésperas de mais uma competição desportiva de impacto mundial na qual não possui o monopólio dos equipamentos, uma campanha internacional com vista a proteger o seu símbolo descrito de forma extraordinariamente abrangente como «três riscas».

⁸ Designam-se por «armas assumidas» aquelas que «são tomadas por um indivíduo para distintivo próprio na época em que a Coroa (ou Estado) não intervinha ainda em tal atitude» (Nóbrega 2003, 191).

Rui Graça Feijó

brasão passa a assumir um duplo significado: por uma banda, simboliza a integração de um indivíduo/família no conjunto restrito dos que dispõem desse direito;⁹ por outro lado, cada brasão considerado nas suas características próprias diferencia e distingue – como um nome – o seu titular ou portador, singularizando-o. Ou seja: o brasão torna-se simultaneamente um símbolo de *status* e de *individualidade*. Hermínio Martins mostrou já em 1971 a importância crítica que assume, no Portugal contemporâneo, a noção de *status* como organizador social poderoso (Martins 1998). Este carácter duplo está na base da minha proposta de leitura dos brasões de «mercê nova» de finais da Monarquia Constitucional.

A heráldica parece prestar-se particularmente bem a um estudo sobre elites: a posse ou obtenção do direito ao uso de brasões, rigidamente codificadas (e socialmente tantas vezes subvertidas), instituía o seu detentor como membro de um grupo social que prezava o seu estatuto colectivo elevado (o «estamento» de que falam os heraldistas), defendia acerrimamente a ideia de que as características dos membros desse grupo eram superiores aos restantes indivíduos e que era indiscutível que houvesse barreiras de vária ordem (entre as quais, as de tipo simbólico como a heráldica) à entrada nesse restrito núcleo, e tinha de si próprio uma imagem não só com elevado sentido corporativo, manifestada em códigos de conduta próprios, como ancorada na noção de superioridade. Estes atributos podem ser encontrados, na literatura sobre elites, no rol daqueles que fundam esta noção (Lima 2003, 27-32). Sustentando esta posição, encontramos a noção de *distinção* que Bourdieu analisou profundamente (Bourdieu 2010),¹⁰ e que evidencia a estrutura profundamente desigual das sociedades que assim se exprimem – coisa que, obviamente, não repugnava nem a velhas nem a novas elites.

Apesar disso, é normalmente possível distinguir uma polarização entre uma atitude de reserva, de contenção, de sobriedade (que a língua francesa exprime na fórmula «bcbg» – *bon chic bon genre*) por banda de famílias tradicionais do «estamento», e, por outro lado, uma atitude de os-

⁹ Designam-se normalmente por «armas de sucessão» aquelas que foram herdadas pelo descendente do primeiro beneficiário. «Armas de mercê nova» são aquelas que foram «concedidas a pessoa nobilitada por alguma acção dignificante ou a pessoa que já tendo armas de sucessão, se pretendeu [...] memoriar por algum feito ou feito digno de ser perpetuado», substituindo as armas antigas. «Armas de acrescentamento honroso» são as que resultam de uma concessão régia a quem já era detentor de armas, por via das quais se acrescenta ao brasão uma ou mais peças e/ou mais partições (Nóbrega 2003, 192-197).

¹⁰ Curiosamente, o grande volume de Bourdieu inicia-se por um capítulo sobre «Nobreza e graus de nobreza cultural».

tentação exibicionista associada a formas rápidas de ascensão social e económica (nem sempre com a correlativa aculturação), e que comumente se designam por novo-riquismo. A apetência por formas vistosas de reconhecimento aparece, contudo, em Lefebvre como uma característica própria do estrato social que em Oitocentos confirmou o seu poder e se foi incorporando nas elites que antecederam a sua ascensão:

Ce qui fait le bourgeois, c'est l'argent et ce n'est pas l'argent. C'est la propriété et ce n'est pas la propriété. [...] Qu'est-ce qui fait le bourgeois ? La respectabilité.

Être considéré. Avec la respectabilité et la considération, le paraître se retourne vers l'avoir et l'être; il leur confère un statut moral: la dignité. L'apparence s'établit en essence, et le paraître constitue un être moral. Il pénètre dans l'être. Il crée une qualité qui appartient enfin à l'individu bourgeois comme tel: l'aristocratie du mérite [1971, 179].

Identidade e diferença são, assim, tanto a nível individual/familiar como a nível mais geral, os pólos de tensão em que se movimenta a heráldica oitocentista. O seu carácter aristocrático não a isola, antes relaciona culturalmente, com o grupo emergente. Essa relação não será, contudo, isenta de sinais bem visíveis de antagonismos vários. Essa é a essência do interesse do seu estudo para a problemática que nos ocupa

Das cartas de brasão como retrato

A concessão de uma carta de brasão de armas respondia, por via de regra, a um requerimento nesse sentido, no qual se expunha a fundamentação da pretensão – carta de sucessão, alteração ou correção a uma outra anteriormente consagrada, atribuição de «mercê nova» – e onde se evidenciavam as razões do pedido (Zuquete e Faria 1987, 325-326). Neste ponto há duas figuras fundamentais, que podemos apresentar como pólos «puros» (que permitem, obviamente, combinações várias):

■ *A reivindicação de ser integrado no privilégio de uma família brasonada e obter o direito ao uso dos seus símbolos*

Neste tipo de documentos («cartas de sucessão»), «o soberano limita-se a reconhecer ao impetrante, depois de justificada a respectiva nobreza de geração, a sua fidalguia de linhagem, e por inerência, a de cota d'armas e o direito do mesmo, por sucessão hereditária, às armas respectivas» (Zuquete e Faria 1987, 325)

Um exemplo entre muitos pode ser o de João Teixeira Soares de Brito: «Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, proprietário, residente na cidade de

Rui Graça Feijó

Coimbra, natural de Tentúgal, filho legítimo de Joaquim Maria Correia Soares de Brito, e de sua mulher D. Tereza Teixeira da Rocha, neto paterno de Francisco Soares de Brito e de sua mulher D. Maria do Amparo Correia de Menezes, neto materno de António Teixeira da Rocha e de sua mulher D. Tereza Matias, atendendo a que ele mostrou por documentos ser descendente de famílias nobres, atendendo a que os seus antepassados usaram o brasão de Armas, o que também prova por documentos, etc. Hei por bem conceder-lhe o brasão de armas do apelido Andrade com que foi agraciado em tempos remotos Diogo de Andrade da Fonseca Figueiredo, de quem o mesmo é descendente por linha paterna [...]. Alega descender por parte paterna de Teixeiras, Coelhoos, Sampaivos e Vieiras, o que justificou por processo de justificação de nobreza e mais documentos. Escudo: esquartelado de Coelhoos, Teixeiras, Sampaivos e Vieiras. Sobre tudo um escudete de Andrades. Timbre: Coelhoos» (Valdez 1992, 38-39).

A «dedução genealógica» podia ser mais extensa. Amâncio da Silveira Gago da Câmara, conde de Fenais, que havia primeiramente apresentado (em 1902) um requerimento do qual constava a sua ascendência até aos 5.^{os} avós, entendeu mais tarde (1905) requerer acrescentamento ao seu brasão de armas face a uma árvore genealógica que se alarga até aos oitavos avós – dez gerações! – «sendo todos os ascendentes do sobredito Conde de Fenais pessoas nobres e que sempre se trataram à lei da Nobreza» (cit. *in* Valdez 1992, 6-9).

A interpretação destas cartas não pode deixar de ter em linha de conta que alguma fantasia poderia entrar na composição das genealogias, e sobretudo que «os armigerados que não se queriam juntar aos Fidalgos de Cota d'Armas agraciados com armas novas tinham uma Carta de Brasão d'Armas que era aparentemente de dedução linhagística. Poderiam assim ter eventualmente um lugar entre a velha aristocracia. [...] Era uma das originalidades criadas pelos Oficiais de Armas portugueses do século XIX» (Norton 2004, 25).¹¹

¹¹ Importa referir aqui que em tomo da concessão de cartas de brasão de armas e do processo de nobilitação em geral há importante evidência de venalidade, razão pela qual a veracidade das afirmações proferidas pelos requerentes nem sempre terá sido devidamente sopesada. Em associação com este problema, refira-se que Francisco de Vasconcelos mostrou o peso da vontade que o Estado liberal tinha de receber taxas e impostos correlacionados com as qualificações nobiliárquicas – tão importantes eram que alguns beneficiários deixavam por preencher os requisitos legais para a ostentação dos seus títulos ou chegavam ao ponto de os recusar (Vasconcelos, 2003, especialmente pp. 74-81). Também esta pressão para aumentar receitas pode ter efeitos sobre a verificação isenta dos argumentos aduzidos pelos requerentes.

Para o propósito deste ensaio, porém, esta situação é de secundária importância, valendo sobretudo pelo que indicia de uma fractura entre os candidatos a este tipo de honrarias que poderá ser significativa. Trata-se de uma forma de insistência sobre os elementos mais tradicionais – e estamos em busca sobretudo de inovações.

■ *A descrição do mérito individual que justificaria a concessão da mercê*

De facto, nas «cartas de mercê nova», «o monarca faz o agraciado fidalgo de linhagem e de cota d'armas e, simultaneamente, cria as armas dessa nova linhagem [...] tudo em recompensa de relevantes serviços, por norma descritos na respectiva mercê» (Zuquete e Faria 1987, 325).

A Manuel José do Conde, visconde do Rosário, fidalgo cavaleiro da Casa Real e moço fidalgo com exercício, concedeu D. Luís armas de mercê nova como recompensa «por actos de beneficência em favor dos desvalidos» (Valdez 1992, 57-58). O mesmo rei agraciou «por sentimentos generosos e filantrópicos recentemente manifestados em favor de um estabelecimento de beneficência pública» a Severiano Ribeiro da Cunha, visconde de Cahuibe (Valdez 1992, 65). A Francisco Bento Alexandre de Figueiredo Magalhães, fidalgo cavaleiro da Casa Real, médico honorário da Real Câmara, el-rei D. Carlos faz mercê do título de visconde de Gomie e passa carta de armas «em atenção a serviços prestados em epidemias no Ultramar» (Valdez 1992, 27-28).

Valdez presta, na transcrição parcial que faz destes documentos, muito menos atenção aos atributos pessoais dos agraciados do que à sua genealogia, transcrevendo esta sempre que possível, dando daqueles notícia geralmente sucinta. Outras vezes, apresenta uma biografia resumida, que se presume ser a base da outorga da mercê. A realidade tal como evidenciada por um caso como o de Venceslau de Lima alertamos para a necessidade de não confiarmos cegamente na classificação das mercês, e para estarmos prevenidos para o carácter sincrético de que se revestem.

Venceslau de Sousa Pereira de Lima, doutor em Filosofia pela Universidade de Coimbra, do Conselho de Sua Majestade, Grã-Cruz da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa, comendador da Ordem de Santiago da Espada, ex-director da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, lente da Academia Politécnica da mesma cidade, antigo deputado da Nação, antigo governador civil dos distritos de Vila Real e de Coimbra, antigo vogal da secção permanente do Conselho Superior da Instrução Pública, antigo vice-presidente e presidente da Câmara Municipal do Porto, provedor da Misericórdia nesta mesma cidade, foi agraciado por

Rui Graça Feijó

D. Carlos com... armas de sucessão. Perante um *curriculum* invulgarmente rico, a opção (do agraciado?) recai em evidenciar a sua linhagem.

Em contraste, o conde do Canavial, João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos foi agraciado «atendendo aos serviços por ele prestados à ilha da Madeira de onde é natural» com novas armas – ele que descendia por parte materna das famílias Moniz, Barreto, Cabral e Ornelas, ou seja, da aristocracia titulada. Valdez não se coíbe de comentar «o paradoxo de uma Mercê nova para pessoa descendente de famílias nobres e com armas» (Valdez 1992, 35)

Assim, há um primeiro elemento autobiográfico que deve estar presente no requerimento, e seguramente uma intervenção dos requerentes na sugestão do vocabulário heráldico a usar. Ambos estes aspectos – pese embora a forma simplificada como os pudemos tratar nas linhas acima – autorizam que o brasão seja lido como um auto-retrato. Mesmo que possa haver elementos de carácter formalizado e tipicamente burocrático na matriz dos requerimentos, o cuidado com que por vezes se solicita uma correcção ou uma alteração de aparente pequena monta evidencia que os destinatários das cartas de brasão de armas se reviam efectivamente no seu próprio brasão, e dele cuidavam como elemento importante da sua imagem pública na justa medida em que não desejavam que dele se pudessem fazer inferências que não se adequassem à sua situação. Vejamos alguns casos concretos:

João José dos Reis, conde de São Salvador de Matosinhos, por carta de 19 de Novembro de 1862, requereu em 1874 nova carta «em que se acrescenta o título e condecorações», e mais tarde, em 1880, fez novo pedido para acrescentamento de armas. De um escudo com as armas da família Rocha, passou a outro em que essas armas eram encimadas pelo coroa de visconde tendo como diferença uma brica azul com uma arruela de oiro, e posteriormente para um complexo brasão «partido: na primeira pala, o da Real Confraria de S. Salvador de Matosinhos, que é um escudo partido em pala, tendo na primeira as Armas Reais de Portugal, e na segunda em campo de prata as cinco chagas de Cristo de vermelho, gotejantes, dispostas em sautor; a segunda pala, cortada em faixa: no campo superior Reis e no inferior Rochas, sendo estas bricadas de azul com uma arruela de oiro, conforme a primitiva carta. Corôa de Conde. Legenda: Salvatori Placet Caritas» (Valdez 1992, 35-36)

João Manoel Fernandes Feitosa, conde da Feitosa, alegou ter obtido concessão de carta de antes de ser titular, e tendo sido elevado à condição de conde, pretendia – e obteve – nova carta com a simbologia adaptada à nova situação (Valdez 1992, 36-37)

Sebastião Deiró, natural de Ponta Delgada (Açores) e residente em Manchester, proprietário, foi agraciado em 1902 com uma carta de brasão de armas cujo escudo era «partido em pala: na primeira, três pombos castanhos e brancos postos em roquete; na segunda, em campo vermelho, uma serpente de prata manchada de verde, com duas setas de oiro na boca. Timbre: três plumas sendo duas vermelhas e a do meio branca. Legenda: Deo et Patria». Três anos mais tarde, requereu nova carta, modificando o que lhe fora concedido, e que passou a ser «esquartelado, tendo no primeiro quartel, em campo de prata, cinco quinas azuis postas em aspa; no segundo, em campo vermelho, uma serpente de prata manchada de verde com duas setas de oiro na boca; no terceiro em campo de oiro três pombas com os peitos brancos e as asas castanhas; no quarto, em campo de prata, um leão sanguíneo. Coroa de barão; e o restante idêntico ao anterior. A justificação para esta alteração reside na identificação de mais elementos nobres na ascendência do barão de Sousa Deiró (Valdez 1992, 64-65).

Estes exemplos parecem oferecer suporte à ideia segundo a qual os agraciados se reviam nas armas recebidas, e sempre que entendiam ser oportuno adequá-las a uma nova situação, faziam questão de obter as correções que dissipassem qualquer dúvida quanto ao significado das diversas componentes do seu brasão – por confirmação, acrescentamento, renovação. Era o seu retrato, a sua imagem, que estava em causa. Por isso, todo o cuidado era pouco...

No presente ensaio presta-se particular atenção aos títulos de «mercê nova». Muito embora eles representem menos de um terço da totalidade das cartas de armas concedidas entre 1834 e 1910, a nossa fonte – que se prende com o período 1871-1910 – revela uma imagem algo diferente: as 141 entradas dizem respeito a 77 cartas de «mercê nova» (mais de metade), sendo as restantes 47 de sucessão, 7 de sucessão com acrescentamento, 6 de renovação, e 4 de autorização de uso de armas estrangeiras. Neste contexto, as armas de «mercê nova» aparecem claramente como a maior fatia, em constante crescimento, de tal forma que no fim da Monarquia Constitucional eclipsavam quase por completo as cartas de dedução linhagística.¹² Serão estas onde a confluência entre a tradição (da gramática) e a inovação (vocabular) mais facilmente se poderá analisar.

¹² Curiosamente, a última carta de armas da Monarquia Constitucional é uma carta de sucessão passada a Duarte de Andrade Albuquerque de Bettencourt, conde de Albuquerque, datada de 6 de Março de 1910 (Valdez 1992, 23-24).

Rui Graça Feijó

Estas cartas, ao consagrarem geralmente uma trajectória individual independente de condicionantes de ancestralidade e de parentesco (como sucedia nas cartas ditas de dedução), e ao remeterem, como veremos, para o presente histórico a tradução imagética das qualidades do agraciado (e não tanto para símbolos já constituídos e pertencentes ao acervo clássico da aristocracia portuguesa) revelam a manipulação do vocabulário heráldico operada por elementos da nova elite de finais de Oitocentos. As outras categorias de cartas de armas, pelo contrário, tendem a reforçar a utilização clássica desse mesmo vocabulário, e poderão ser usadas como contraste – até porque o seu uso revela mais de um aproveitamento de oportunidades que do estabelecimento de uma biografia «moderna» em termos de ascensão social.¹³

Brasões e elites, novos e velhos

*Foge cão,
Que te chamam barão.
Para onde,
Se me chamam visconde.*

Este aforismo, corrente na segunda metade do século XIX,¹⁴ encerra uma profunda ambiguidade – e só assim se explica a sua popularidade e capacidade para ser invocado em circunstâncias diversas. O facto social incontornável que lhe confere relevância é o alargamento da concessão de títulos de nobreza. Segundo Caetano de Sousa (cit. *in* Norton 2004, 23), em 1754 haveria somente 3 duques, 16 marqueses, 37 condes, 3 viscondes e 1 barão – um total de sessenta títulos. Já em 1872 escrevia o visconde de Sanches de Baena:

Existiam até o ano de 1855 não menos de trezentos e quinze titulares; desde então para cá tem crescido prodigiosamente esse já crescido número. [...] Há trinta anos a esta parte, isto é, desde 1841, tem-se passado cento e trinta e quatro cartas de sucessão, e de mercês novas quarenta e uma (per-tencendo dezasseis dessas aos anos decorridos de 1865 para cá). São mais as mercês novas neste período que todas as concedidas em todo o tempo anterior da monarquia, a contar de 1438.

¹³ Parece que, desde D. Afonso V, há uma distinção entre armas pertencentes à aristocracia de sangue e as restantes, designadas por «armas plebeias» – embora também se possa encontrar a designação de «armas burguesas» (Norton 2004, 402).

¹⁴ Ouvi inúmeras vezes este aforismo nas palavras de minha Avó Maria Luísa (1890-1983), ela própria filha dos quartos viscondes da Carreira.

Para a aristocracia tradicional, o «pecado» evidenciado no aforismo estava na vulgarização dos títulos que, pelo número, perdiam o valor que a raridade melhor defendia.¹⁵

Nas modernas sociedades democráticas as elites tendem a seguir estratégias que permitam aos seus membros «ser visíveis uns para os outros mas invisíveis enquanto grupo para o público» (Cohen 1981, 217 cit. in Lima 2004, 29) e os indivíduos que vivem em condições materiais, culturais, políticas e sociais obviamente privilegiadas, «apesar de terem consciência desse facto, negam pertencer a uma elite, tentando diluir-se na paisagem» (Lima 2004, 29), dada a incompatibilidade entre a sua posição no topo da hierarquia social com os princípios fundadores do novo contrato social de matriz igualitária.

O nosso estudo situa-se num contexto distinto deste, marcado profundamente pela cultura da *exibição do status*, ou seja, da diferença social institucionalizada e codificada. E num contexto como este, a questão das fronteiras, das barreiras à admissão de pessoas de fora, e da exclusividade são claramente assumidas.

A única satisfação que a aristocracia clássica poderia ter com a avulsação de «mercês novas» advinha do facto de os títulos atribuídos serem, na maior parte dos casos, os de barão e visconde, que figuram nos degraus mais baixos da tabela hierárquica. A Monarquia Constitucional apenas concedeu sete títulos de duque – e todos eles a personalidades que já possuíam título de marquês; e fez cerca de trinta novos marqueses, a esmagadora maioria dos quais era detentora de um título de menor relevo (sendo excepções os casos de Saldanha e de Soveral, entre poucos outros). Também restringiu a concessão da honra de «parente d’El-Rei» (Vasconcelos 2003, 20). Mantinha-se assim preservado o núcleo duro da aristocracia brasonada. Por outro lado, o processo de abertura ao exterior, sempre suspeito de ser subversivo, permanecia condicionado – mas suficientemente permeável para absorver a crescente mobilidade social. O uso do aforismo aparece, nesta perspectiva, como uma forma de soberania.

¹⁵ Note-se, no entanto, que Francisco de Vasconcelos afirma que a ideia da «explosão de títulos de nobreza» no século XIX se arrisca a dar uma imagem «distorcida de uma época em que, como tinha acontecido antes, o estado procurou assimilar, dando-lhes títulos, [...] as elites emergentes» (Vasconcelos 2003, 18), na medida em que põe em causa que o acesso aos títulos possa ser equacionado simplesmente com um alargamento da nobreza que, em seu entender, se dotava de novos instrumentos para fazer valer um estatuto que já detinha enquanto «nobreza civil». A base de sustentação desta tese reside precisamente na constatação da presença entre os novos armigerados e titulados de significativos números de nobres de segunda ordem do Antigo Regime

Rui Graça Feijó

Para a elite «republicana» – que haveria de ter a sua hora de glória em 1910, e que constituía uma parte crescente da elite nacional – o problema apresenta três faces distintas: começa numa crítica implícita à incapacidade da monarquia de abrir suficientemente o seu sistema de reconhecimento, nomeadamente os seus escalões mais elevados, para acomodar o percurso ascendente da nova elite; passa pela desconfiança da integridade do sistema, muitas vezes acusado de venalidade e de falta de rigor na transposição do mérito para a palco das vaidades – e ainda por cima, das pequenas vaidades, que os grandes títulos escasseavam; e termina na contraposição do *ethos* republicano, baseado no reconhecimento do esforço *individual*, à glorificação da *linhagem* – como a Primeira República haveria de evidenciar, ao extinguir os títulos de nobreza e instituir, em sua substituição, comendas e ordens honoríficas não hereditárias.

É de realçar, porém, que estamos perante uma polarização de atitudes que permite a modulação, a adaptação, a interpenetração – mais do que uma oposição absoluta, de carácter fundamentalmente retórico. De facto, muitas mercês novas faziam tábua rasa da ancestralidade e reconheciam explicitamente – e simbolicamente – a contribuição individual tão cara aos «republicanos», como já tivemos o ensejo de ver. Além disso, vários títulos eram atribuídos «em vida», estando a sua transmissão hereditária vedada ou, pelo menos, severamente restringida – o que, além de aparecer como uma novidade, desafia o peso que a linhagem e a hereditariedade assumiam na aristocracia tradicional.¹⁶

Estamos, assim, no coração de um problema social e cultural complexo: o processo de alargamento da elite portuguesa, no quadro da monarquia, fazia-se através da institucionalização de novas formas de nobilitação – encarada como o veículo mais adequado a exprimir o reconhecimento público e a sinalizar e enquadrar a diferenciação socio-cultural que se manifestava no país. Compreensivelmente, as reacções a essa dinâmica institucional não se fizeram esperar – tanto pelo que ela representava de corte com um modelo supostamente rígido e estático, herdeiro do antigo regime, como pelo que ela tinha de frouxo, de incompleto, ao aceitar uma gramática que alguns entendiam desfasada dos novos tempos. Mas a virtude do processo residiria acima de tudo na sua plasticidade, ou seja, na sua capacidade de se comportar como instrumento de integração de diversos estratos sociais, das velhas elites e de

¹⁶ Um exemplo entre muitos é o de Luís António de Abreu e Lima, primeiro visconde da Carreira com direito a transmissão por sucessão, e que, em vida, foi conde da Carreira sem direito de transmissão deste título.

grande parte das novas. Devemos, pois, precaver-nos contra a tentação de considerar preconceituosamente o sistema de nobilitação – e a heráldica que lhe está associada – como uma instituição que atravessaria os tempos agarrada apenas a um ideal perene, imutável, sem história.

*De re empirica*¹⁷

Consideremos agora os dados empíricos que nos são transmitidos pelas cartas de brasão de armas, cingindo-nos apenas a dois tópicos: as divisas e as figuras. Outros aspectos, como os ornatos externos, terão de aguardar melhor oportunidade.¹⁸

Divisas

Em heráldica, chama-se *divisa* a «sentenças [...] que lembram acções dignas de serem recordadas, ou o desejo de as praticar, ou que revelam estados de alma, ou que traduzem sentimentos religiosos, políticos, etc.» (Nóbrega 2003, 173), e que tem o carácter de frase hereditária ou de família, assim se distinguindo de frases pessoais que, em armaria, se designam por «tenção» (Norton 1988, 119; Ferreira 1923, 65-66). Recordem-se as divisas dos príncipes de Aviz, como a famosa «Talant de bien Faire» (do Infante D. Henrique) ou a extraordinária «Désir» do Infante D. Pedro, gravadas nos seus túmulos nas Capelas Imperfeitas da Batalha.

As divisas nem sempre terão sido objecto de rigoroso suporte escrito, e aparecem mais pela via da tradição popular que por meios eruditos na heráldica portuguesa mais antiga. Porém – e este ponto é o que nos interessa sublinhar –, a Monarquia Constitucional registou frequentemente

¹⁷ Desejo agradecer penhoradamente a Artur Vaz-Osório da Nóbrega a sua contribuição para o esclarecimento de grande parte das dúvidas que a minha ignorância em matéria heráldica frequentemente me colocava. Aproveito também para referir ter sido numa das nossas muitas conversas num café da Senhora Aparecida, Lousada, que fui alertado para aquilo que constitui uma das bases deste ensaio: a novidade vocabular da heráldica de fins da monarquia. O seu a seu dono.

¹⁸ Esses elementos que aqui não se consideram, por falta de oportunidade, como «tenentes» e «suportes», têm sido apresentados na bibliografia heráldica recente como elementos característicos da heráldica oitocentista, por influência inglesa, e de grande importância na representação gráfica das armas. A título de mero exemplo, refira-se que a carta de brasão de armas do visconde de Sistelo (1883) prevê que este se apoie «numa figura de mulher representando as Artes, à dextra, e uma figura de Mercurio, representando o Comercio, à sinistra» (Nóbrega 2003, 172). Sobre a sua importância na heráldica oitocentista, veja-se Norton (1988).

Rui Graça Feijó

nas cartas de brasão de armas, sobretudo nas de mercê nova, as legendas que deveriam acompanhar o escudo (Nóbrega 2003, 175).¹⁹

Na publicação de Valdez que nos serve de suporte há notícia de 36 divisas, 28 das quais em cartas de «mercê nova» (as restantes oito dividem-se por três cartas de autorização de uso de armas estrangeiras, três por cartas de sucessão, e duas por cartas de acrescentamento). Não é claro se a divisa constituía, por si só, um elemento acrescentado.

As divisas polarizam-se em torno de dois blocos: por uma banda, o de Deus, Pátria e Fé – com uma evidente carga religiosa, politicamente conservadora; pela outra, o bloco do Trabalho e da Honra.

Pro Deo (visconde do Marco), *Non Sine Deo* (visconde de Somzée), *Deo et Patria* (barão de Sousa Deiró), *Deus e Patria* (Agostinho Guilherme Romano): divisas mais clássicas, mais tradicionalistas, seria difícil inventar...

Honor et Labor (António Pinto Basto; José Constantino, conde de Vale-Flor; barão do Alto-Mearim), *Probitas et Labor* (visconde de Morais), *Labor Omnia Vincit* (conde do Canavial), *Nihil Labor Melius* (barão de Almeida Santos), *Scientia est Potestas* (Henrique Mateus dos Santos) – por muito que estas divisas se associem a brasões cuja imagética nos remete para o fundo dos tempos, nelas respira uma cultura nova, o enaltecimento do trabalho e da ciência, do valor do esforço individual no quadro da moderna sociedade emergente. *Rien Sans Peine* (conde de Paçô Vieira) é mais um exemplo a propósito. E há mesmo quem – usando uma tradição humorística com laivos de brejeirice que estava presente, por exemplo, na divisa da família Távora (figura 7.1)²⁰ – tenha optado por uma divisa jocosa: *Bonum Facito, Aures Claudito* (Feito o Bem, Guardado o Ouro, que alguns pretendem que se deveria ler Faz o Bem sem Esperar Retorno) foi a escolha de Henrique, conde de Burnay, conhecido banqueiro de Lisboa (Valdez 1992, 30-31).

Obviamente, nem todas as legendas ou divisas se podem classificar com tanta clareza, havendo vários casos de «terceira via», onde, no entanto, sempre se pode realçar a inclusão de elementos novos: *Deus, Honor et Labor* (visconde de Sucena), *Fide in Deo sic Labor Improbus Omnia Vincit* (visconde de Taíde).

¹⁹ A sua colocação no escudo de armas deveria ser especificada na carta que a concedia. Normalmente, porém, «colocam-se num lintel inferiormente ao escudo de armas» (Nóbrega 2003, 127, 174).

²⁰ As armas dos Távora são cinco ondas de azul em campo de prata, o timbre é um golfinho, e a divisa «quasqumque fendit» ou «furo-as todas» (Gil, 1968). A figura 7.1 apresenta-nos este brasão num detalhe de um desenho seiscentista no qual o golfinho do timbre se encontra sobreposto ao campo das armas. Um agradecimento especial é devido à Biblioteca Nacional pela autorização dada para a sua reprodução.

Figura 7.1 – Armas da família Távora

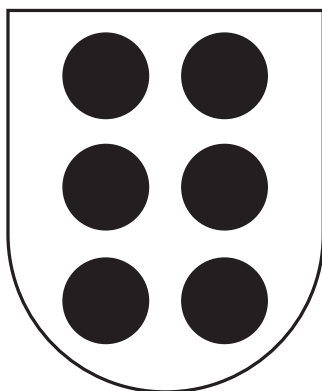
A gramática heráldica começa a mostrar a sua agilidade para incorporar um vocabulário novo.

Armas

Os brasões, ou escudos de armas, são constituídos por várias partes. Interessa-nos, de momento, recordar que, na heráldica de família, os emblemas que distinguem as pessoas e as famílias se designam por «armas» (Nóbrega 2003, 3). Por sua vez, as «armas» podem ser constituídas por «peças» heráldicas e por «figuras».

Rui Graça Feijó

Figura 7.2 – Armas da família Castro



O conceito básico da heráldica de família consiste em fazer corresponder a cada apelido (ou seja, a cada família original) uma representação gráfica constante. No caso de famílias com apelidos compostos pelos nomes heráldicamente já definidos, pode-se dividir o escudo por forma a compor um novo, combinando elementos oriundos dos «costados». ²¹

As «peças» – também designadas por «peças honrosas» – são constituídas por símbolos, frequentemente de estilo geométrico. Assim, por exemplo, as armas da família Castro (figura 7.2): trata-se de seis círculos de uma cor, que se colocam sobre um fundo de metal, tal como numa face de um dado que exiba o número seis. Heráldicamente, descreve-se do seguinte modo: em campo de prata (o metal), seis arruelas de azul (os círculos), postos em 2, 2 e 2. Este conjunto deverá representar sempre a mesma família. Qualquer mudança implica alteração de significado, como no caso dos círculos que, se passarem a ser de metal (ouro ou prata) recebem o nome de «besantes», terão de ser colocados sobre campo de cor, por via das regras da lei heráldica, e designarão outra família. Outros ramos desta família tinham no seu brasão um número diferente de arruelas.

O que se indicou para as «peças» é válido para as «figuras», sendo que estes símbolos são, geralmente, representações estilizadas de animais, vegetais, construções, armas, ou outros objectos. Nóbrega distingue entre as figuras quatro categorias: naturais, sacras, fabulosas e artificiais (2003, 67 e *passim*). A representação heráldica clássica submetia o uso de qualquer uma delas a regras rígidas de figuração, que acentuavam o seu ca-

²¹ Norton chama a atenção para erros que, na prática, desmentiam o carácter absoluto da norma. Mas trata-se de casos pontuais (Norton 1988, 112-115)

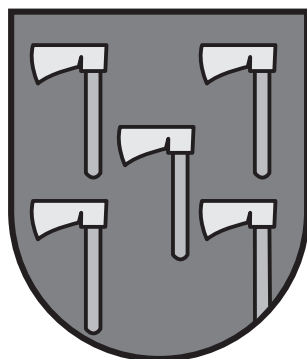
Figura 7.3 – Representação heráldica de águia e leão. Detalhe dos frescos *A Lenda de Vera Cruz* de Piero della Francesca na Igreja de São Francisco em Arezzo (cerca de 1450)



rácter simbólico, decorativo e estilizado (por contraposição a «naturalista»). Por exemplo, uma das figuras heráldicas mais divulgadas é o leão – representado em posição «rompante»; já o leopardo, representa-se «passante»; a águia «representa-se, em regra, estendida, isto é, de frente, com as asas totalmente abertas, espalmadas, de pontas viradas para o alto do escudo e as penas em número restrito, a cabeça olhando para a dextra, com a língua de fora, as patas afastadas e a cauda com penas ornamentais» (figura 7.3).

Rui Graça Feijó

Figura 7.4 – Armas da família Machado



Variadas seriam as razões que levavam uma determinada família a escolher um símbolo específico, ou conjunto de símbolos, como seu emblema. Mas devemos salientar que, entre as armas de família, há um caso especial que merece referência neste contexto: são as chamadas «armas falantes».

Nóbrega sustenta que se devem designar deste modo as armas «quando lembram, directa ou indirectamente, o apelido de uma família» (2003, 202). Havendo em língua portuguesa apelidos de família que derivam de elementos da natureza como Lobo (na categoria dos animais), Pedrosa (de pedra, mineral), Carvalho (vegetal), ou objectos comuns como Chaves ou Machado (figura 7.4), a representação mais ou menos estilizada desse objecto ou elemento natural é uma forma possível de traduzir graficamente o nome.

Por vezes torna-se necessário recorrer a aproximações para dar conta do carácter «falante» das armas, como no caso do nome do nosso homenageado, Cabral (representado por cabras – figura 7.5). Mas o princípio destas armas é o mesmo: a representação do *apelido* por um elemento natural que o evoque ou mimetize.²² Estas armas têm as suas origens nos primórdios da heráldica, sendo conhecidas no caso de Portugal desde o século XIII (Norton 2004, 118).

Estamos chegados a um ponto em que se torna possível percorrer as cartas de brasão modernas em busca das novas armas de família que con-

²² Nóbrega chama ainda a atenção para um outro tipo de armas muito curiosas, as armas «animadas» ou «historiantes», quando «tem distribuído no escudo e no timbre um pormenor de uma dada acção, ou quando tem representada e explicada no escudo e no timbre uma determinada acção em duas fases consecutivas» (2003, 203) Estará aqui um antepassado da banda desenhada ou do cinema de animação?

Figura 7.5 – Armas atribuídas a Pedro Álvares Cabral

sagram. Norton (2004, 19) chama-nos a atenção para que «ao longo do século XIX, se assistiu ao triunfo de novas concepções de estética heráldica». Vejamos como tal fenómeno se traduziu nas peças heráldicas.

Agostinho Guilherme Romano, cônsul-geral de Portugal em Hong Kong. Na segunda pala, em campo de oiro, uma árvore do chá, verde.

António Ferreira Menéres, negociante de grosso trato. Escudo partido, tendo na primeira pala, em campo de oiro, um caduceu²³ vermelho; e na segunda pala, em campo azul, uma cornucópia de prata, lançando uvas e moedas de oiro.

António Joaquim Borges de Castro, visconde das Devesas. Na primeira pala, em campo de oiro, uma devesa de árvores, de sua cor.

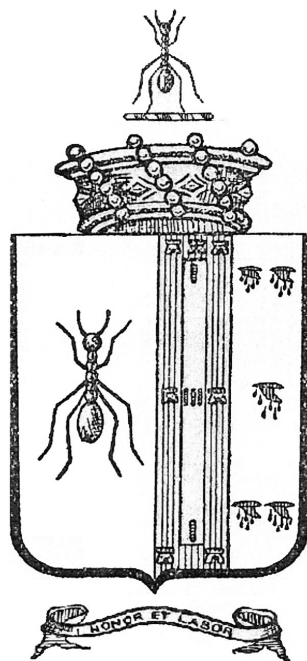
António Pinto Basto, industrial. Escudo que tem no segundo quartel, em campo vermelho, uma báscula hidrométrica de prata, ao centro, e em cada um dos ângulos um castelo de oiro; no quarto quartel, em campo de oiro, uma águia negra voante, de duas cabeças armadas de vermelho, tendo nas garras um martelo de engenheiro de minas.

Cândido Cardoso Colaço, visconde de Monsanto. Campo vermelho, tendo ao centro uma figura de oiro, representando a Indústria, e em cada um dos ângulos uma estrela de cinco pontas.

²³ Caduceu é uma «varinha lisa de loureiro ou de oliveira terminada por duas asas de ave e na qual se enroscam duas serpentes afrontadas. Atributo de Mercúrio, deus dos comerciantes» (Nóbrega 2003, 119).

Rui Graça Feijó

Figura 7.6 – Armas do barão do Alto-Mearim



Francisco Bento Alexandre de Figueiredo Magalhães, médico. Escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel, em campo de ouro, cinco folhas de figueira verdes postas em aspa; no segundo quartel, em campo vermelho, o bastão de Esculápio, de ouro, com duas cobras de prata enroscadas.

James Francis Mason, conde de Pomarão. Escudo tendo na parte inferior, em campo de prata, uma roda de mina de cor natural ao centro.

João António de Freitas Fortuna, negociante na praça do Porto: no primeiro quartel da segunda faixa, uma figura de mulher. De ouro, sentada e encostada a uma roda de prata, representando a Fortuna.

João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, conde do Canavial (Madeira), escudo compreendendo uma figura de mulher, vestida de azul, sentada num rochedo sobre o mar, tendo numa das mãos um ramo de videira e na outra um pão de açúcar; por baixo do braço direito uma cana de açúcar, e na cabeça uma coroa de flores representando a ilha da Madeira.

José Álvares de Sousa Soares, visconde de Sousa Soares. Escudo que tem na segunda pala, em campo vermelho, uma torre de prata encimada

Figura 7.7 – Armas do conde de Duparchy



por um sol de ouro e assente sobre uma campina verde, saindo-lhe da porta aberta uma corrente de água.

José João Martins de Pinho, barão do Alto-Mearim. Escudo partido, tendo na primeira pala, em campo de prata, uma formiga de sua cor, significando o trabalho.

Manuel António Gonçalves Roque, visconde de Sistelo. Escudo partido em pala, tendo na segunda, em campo vermelho, uma mulher de ouro, coroada, tendo na mão três dormideiras, também de ouro, sobre nuvens de prata, representando a Beneficência.

Manuel José do Conde, visconde do Rosário. Escudo cujo segundo quartel tem, em campo azul, uma estrela de cinco raios de prata entre nuvens do mesmo metal e em contrachefe o mar, e sobre ele um navio mercante de sua cor, navegando à vela, tendo na popa, em letras de ouro, a palavra «Conde».

Dois brasões parecem reunir em si virtudes de exemplo da moderna tendência.

Jean Alexis Dauphin Duparchy, conde de Duparchy, construtor de pontes e caminhos-de-ferro, viu ser-lhe atribuído um escudo «talhado de vermelho e prata; na parte superior, em campo vermelho, um anjo de de ouro tendo na cabeça um facho também de ouro, na mão esquerda uma mira de prata e aos pés um compasso e uma régua do mesmo metal; na parte inferior, em campo de prata, uma montanha de sua cor e aberto nela um túnel de ouro, e saindo dele, uma locomotiva também de ouro. Coroa de conde. Timbre: uma flor-de-lis azul. Suportes: dois cavalos marinhos de bronze armados de ouro» (1896).

O «naturalismo» que já vimos nas linhas anteriores associa-se a uma tentativa de preencher todo o campo do escudo com peças e figuras, e

Rui Graça Feijó

mesmo de o enquadrar com coroa, timbre e suportes – uma das tendências oitocentistas sublinhadas pelos heraldistas;²⁴ a outra consiste na introdução de figuras que até então não estavam presentes no vocabulário da heráldica portuguesa, e representam um contributo original deste período.²⁵

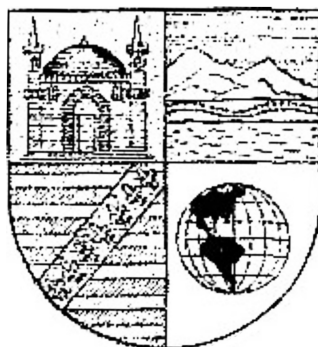
Joaquim de Sousa Mesquita, visconde do Sorraia, súbdito brasileiro e químico industrial, recebeu uma carta de brasão de armas com a seguinte composição: «Escudo: esquartelado. No primeiro quartel, em campo de oiro, uma mesquita de azul, tendo sobre a cúpula um moiro vestido de vermelho com turbante azul e vermelho, e empunhando uma haste preta com bandeira vermelha; no segundo quartel, um rio de azul e prata que banha uma planície de sua cor, sobre a qual corre um trecho de via férrea, e ao fundo, limitando o horizonte, quatro montes de sua cor, sob o céu azul; no terceiro quartel, em campo de púrpura, seis faixas de oiro e, sobreposta, uma banda azul, carregada de sete flores-de-lis de oiro; no quarto quartel, em campo de prata, a esfera terrestre, apresentando de frente a América do Sul... Coroa de visconde. Timbre: uma estrela de oiro de cinco raios. Suporte: dois leões de oiro (1906).

Dir-se-ia que aqui temos um compêndio de heráldica quase completo: armas falantes no sentido clássico (Mesquita), armas de recorte naturalista (via férrea, esfera terrestre), armas tradicionais (faixas e flores-de-lis); com timbre, coroa e suportes. Falta talvez a legenda... Mas qualquer indivíduo que olhasse este brasão, e conseguisse identificar as suas componentes,

²⁴ Seria paradigmático desta tendência o escudo outorgado pela última carta de armas da monarquia, e usado por Duarte de Andrade Albuquerque de Bettencourt, conde de Albuquerque. Este escudo é esquartelado (o máximo que a Lei Heráldica permitia), contendo as armas de Albergarias, Andrades, Câmaras e Bettencourts; sobre tudo isto, as armas dos Albuquerques, elas próprias esquarteladas de Portugal moderno com filete de bastardia e de vermelho com cinco flores-de-lis em sautor. Outro exemplo poderia ser o outorgado em 1882 a Francisco Pons Júnior: esquartelado, tendo no primeiro quartel, em campo de prata, uma banda vermelha, faixada de oiro, entre seis flores-de-lis azuis; o segundo quartel esquartelado, tendo no primeiro, em campo vermelho, um leão de oiro rompante, no segundo, em campo azul, um castelo de prata, e assim os contrários; o terceiro quartel igual ao segundo; no quarto quartel, em campo verde, um pelicano de oiro entre seis besantes postos em pala. Timbre: uma águia azul de duas cabeças com asas de oiro. Suportes: dois anjos de cor natural [sic!] alados e enroupados de azul e branco. O do conde de Lumbrals, Ricardo Pinto da Costa, atribuído «por Sua Majestade Católica», evidencia uma idêntica tendência, que sugere não ser esta um exclusivo da heráldica portuguesa.

²⁵ Em várias circunstâncias, e nomeadamente na discussão que se seguiu à primeira apresentação deste trabalho, pude deparar com afirmações segundo as quais a heráldica deste período era «de má qualidade». Certamente, não me cabe um papel de avaliador da qualidade heráldica, que não pretendo discutir. Apenas sublinho aqui que esse comentário revela a percepção de uma diferença – e é precisamente essa diferença que me cumpre sublinhar. Sobre ela existe uma secção neste texto.

Figura 7.8 – Armas do visconde do Sorraia



adivinharia o nome do seu titular, adivinharia a relação próxima com o Brasil, e especularia sobre as suas actividades económicas.

Como bem referiu o estudioso da heráldica portuguesa Manuel Artur Norton, estamos perante evidência de que a característica marcante da armaria oitocentista é diferente da de outras épocas: «[o]nde se patenteia melhor o cunho original da armaria e da heráldica de novecentos [*sic*] é sem dúvida no aspecto naturalista das suas peças, nos arranjos paisagísticos dos seus escudos, e na introdução de novas peças de tal forma peculiar, que tornam este período original em relação aos anteriores» (Norton 1988, 124)

O «naturalismo» aproxima-nos das clássicas armas falantes. Mas se nuns casos (visconde das Devesas) procura traduzir já não o apelido da família mas sim o seu título, a maior parte deles leva mais longe a ruptura com o princípio linhagístico associado ao *nome*: é a *biografia* do agraciado, não a dos seus antepassados, que é directamente revelada pela iconografia falante. Porque aqui se cultiva a transparência, a facilidade de leitura – complementada pela riqueza de detalhes e de elementos constitutivos, como se se quisesse compensar com este «barroquismo» a pobreza simbólica.

De re speculativa

Após esta digressão pela *re empirica*, que poderemos recuperar para a discussão com que abrimos este ensaio?

Se a heráldica pode ser lida como um auto-retrato de quem dela faz uso, no sentido sustentado neste ensaio, as páginas acima parecem indicar que tanto a nível da legenda ou *motto*, como na definição dos elementos

Rui Graça Feijó

gráficos que haveriam de compor o brasão de armas, os novos titulares portugueses manipulavam a gramática heráldica e o seu vocabulário, imprimindo-lhe um cunho novo. A leitura que se propõe sublinha que, no contexto da Monarquia Constitucional, a concessão de «cartas de brasão de armas» não pode ser liminarmente equacionada com a ideia de «imitação aristocrática», desprovida de uma linguagem – e de identidade cultural – própria por parte de sectores significativos da nova elite «burguesa» (comerciantes, industriais, profissionais liberais, etc.). Por outras palavras, o que esta manipulação parece desmentir é a ideia de que se trataria de uma «emulação social retardatária» no sentido de Friedland.²⁶

Pelo contrário, encontramos claros sinais de uma afirmação que se manifesta na manipulação dos símbolos heráldicos que absorvem um vocabulário inédito para veicular novos valores e marcar uma dupla distinção: a da pertença a um grupo restrito, e, no seio da elite portuguesa, a de um discurso moderno. A sugestão mais forte que emerge das páginas anteriores aponta no sentido de a heráldica constituir uma gramática estabelecida, conexa com o modelo monárquico de organização social e política, capaz de suportar uma manipulação do vocabulário, dos símbolos e sinais (concretos e individuais) aos quais fornece um quadro de referência e de sentido. Esse moderno vocabulário caracteriza-se pela inovação, ou seja, pela introdução de motivos de diferenciação relativamente ao «dicionário» clássico.

Extrapolando: o alargamento da base social da nobreza titulada, condição indispensável para que esta pudesse manter o seu estatuto de modelo de referência e de organização maioritária das elites no quadro de uma alteração profunda das estruturas sociais, utilizou o quadro institucional próprio da Monarquia Constitucional – o processo de nobilitação e correspondente habilitação com cartas de brasão de armas. Para o fazer, teve de consentir e de adoptar um vocabulário heráldico em que a afirmação da novidade parece desempenhar um papel substancialmente mais importante que a imitação. É esta sua plasticidade que explica, em última análise, o seu sucesso – não tanto a retórica intemporal com que recobre a sua articulação com a «monarquia de setecentos anos», como se a «monarquia» de D. Carlos fosse a mesma de Afonso Henriques, do Príncipe Perfeito, ou de D. José.

Vimos como essa novidade se insinua nas legendas adoptadas, operando uma deslocação de um quadro de referência sobretudo religioso,

²⁶ Ver Martins (1998, 129).

teocêntrico, para um novo quadro em que a moral do esforço individual, do trabalho, da construção de fortuna material no exercício de uma actividade económica quotidiana, persistente, constitui a virtude capital que o brasão celebra.

Vimos também como a formalização simbólica da tradução dos nomes em imagens, a escolha das imagens que haveriam de representar o indivíduo – e posteriormente a sua descendência – no seu brasão, passou a privilegiar uma linguagem estética de pendor «naturalista», acompanhando aliás o sentido estético global que muito bem foi acentuado nos estudos de José-Augusto França (por exemplo, França 1990), e que tanto havia de perdurar entrado já o século XX. A tradição das armas falantes foi recuperada – mas profundamente adaptada. E os episódios marcantes da vida de quem foi agraciado ganham relevo por contraposição a elementos intemporais ou linhagísticos.

O campo de reflexão aberto por estas constatações está longe de poder considerar-se encerrado. Pelo contrário: há pistas que parecem dever ser seguidas, se para tanto houver engenho e arte.

Por detrás do espelho espreita, de facto, uma nova elite portuguesa.

Bibliografia

- Abrantes, Marquês de. 1992. *Introdução ao Estudo da Heráldica*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Biblioteca Breve.
- Baena, visconde de Sanches de. 1991 [1872]. *Archivo Heráldico-Genealógico*. Lisboa: Typographia Universal.
- Brasil, Américo. 1986. *Corrupção e Incompetência no Cartório da Nobreza*. Porto: Athena.
- Bourdieu, Pierre. 2010. *A Distinção. Uma Crítica Social da Faculdade de Juízo*, Introdução de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingues e Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70.
- Cabral, Manuel Villaverde. 1976. *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XX*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Cohen, Abner. 1981. *The Politics of Elite Culture: Explorations in the Dramaturgy of Power in Modern African Society*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Corte-Real, Miguel Maria Telles Moniz. 2003. *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*. Camarate: Edição do Autor.
- Coss, Peter, e Maurice Keen, eds. 2003. *Heraldry, Pageantry and Social Display in Medieval England*. Woodbridge: Boydell and Brewer.
- Ferreira, Guilherme Luís dos Santos. 1920-1923. *Armorial Português*, 2 vols. Lisboa: Livraria Universal.
- França, José-Augusto. 1990. *A Arte em Portugal no Século XIX*, 3.^a ed. Venda Nova: Bertrand.
- Friar, Stephen, e John Ferguson. 1999. *Basic Heraldry*. Londres: A&C Black Publishers.
- Gil, Duarte. 1968. *Em Redor das Armas dos Távoras*. Sintra: Edição do Autor.

Rui Graça Feijó

- Ginzburg, Carlo. 2001. «Representation». In *À distance – neuf essais sur le point de vue en histoire*. Paris: Gallimard, 73-88.
- Godinho, Vitorino Magalhães. 1977 [1972]. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia.
- Lefebvre, Henri. 1971. «Sociologie de la bourgeoisie». In *Au delà du Structuralisme*. Paris: Editions Anthropos, 165-193.
- Lima, Maria Antónia Pedroso. 2002. *Grandes Famílias, Grandes Empresas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Little, J. P. Brooke. 1998. *An Heraldic Alphabet*. Londres: Chrysalis Books.
- Martins, Hermínio. 1998. *Classe, Status e Poder e Outros Ensaio sobre o Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Maza, Sarah. 2003. *The Myth of the French Bourgeoisie – An Essay on the Social Imaginary, 1750-1850*. Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press.
- Monteiro, Nuno Gonçalo Freitas. 1998. *O Crepúsculo dos Grandes*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Monteiro, Nuno Gonçalo Freitas. 2003. *Elites e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Morazé, Charles. 1966. *Os Burgueses à Conquista do Mundo*. Lisboa: Cosmos.
- Nóbrega, Artur Vaz-Osório. 2003. *Compêndio Português de Heráldica de Família*. Porto: Mediatexto.
- Norton, Manuel Artur. 1988. «Da armaria e da heráldica portuguesa contemporânea», *Boletim de Trabalhos Históricos*, 39, 111-163.
- Norton, Manuel Artur. 2004. *A Heráldica em Portugal*, 2 vols. Lisboa: Dislivro Histórica.
- Pastoureau, Michel. 1997. *Heraldry – Its Origins and Meaning*. Londres: Thames & Hudson.
- Reis, Jaime. 1993. «José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da regeneração». In *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX – 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Serrão, Joel. 1959. *Temas Oitocentistas I*. Lisboa: Ática.
- Serrão, Joel. 1962. *Temas Oitocentistas II*. Lisboa: Portugália.
- Serrão, Joel. 1963-1970. *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Slater, Stephen. 2002. *The Complete Book of Heraldry*. Leicester: Anness Publishing.
- Slater, Stephen. 2004a. *The History and Meaning of Heraldry*. Leicester: Anness Publishing.
- Slater, Stephen. 2004b. *Living Heraldry*. Leicester: Anness Publishing.
- Turnbull, Steven. 2002. *Samurai Heraldry*. Colchester: Osprey.
- Valdez, Ruy Dique Travassos. 1992 [1935]. *As Cartas de Modernas*. Porto: Livraria Esquina.
- Vasconcelos, Francisco de. 2003. *A Nobreza do Século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna.
- Velho, António José Vaz. 1958. *Thezouro Heráldico de Portugal*. Lisboa: Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos.
- Zuquete, Afonso E. M., e António Machado Faria. 1987. *Armorial Lusitano*. Lisboa: Editorial Enciclopédia.